



Edital Ref.ª CDL-CTTRI-263-SGRH/2022 — Doutor Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira, Professor Catedrático e Reitor da Universidade de Aveiro, faz saber que, pelo prazo de 20 (**vinte**) dias úteis contados do dia útil imediato àquele em que o presente anúncio for publicitado, se encontra aberto concurso, de âmbito internacional, para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, celebrado ao abrigo do Código de Trabalho, de 1 (um) lugar de Doutoramento Equiparado a Investigador Auxiliar para o exercício de atividades de investigação científica na área científica de Economia com vista ao desenvolvimento de investigação no tópico da Economia Ambiental e Recursos Naturais, para promoção da sustentabilidade e da resiliência ambiental, no âmbito do Projeto H2020 ERA Chair "BESIDE - Institutional, Behavioural, critical and adaptive economics towards Sustainable Development, management of natural capital and circular Economy", (Grant Agreement 951389), financiado pela Comissão Europeia, concurso H2020-WIDESPREAD-2018-2020-6.

O presente concurso foi autorizado por despacho de 9 de novembro de 2022, do Reitor da Universidade de Aveiro, proferido sob proposta do Conselho Científico.

O concurso rege-se pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento (RJEC), pelo Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual e pela demais legislação e normas regulamentares aplicáveis.

A remuneração mensal a atribuir é correspondente à remuneração base de 3230,21€.

1 — Requisitos de admissão:

Ao concurso podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as) e apátridas que sejam titulares do grau de doutor e detentores(as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver.

Os opositores devem possuir Doutoramento na área científica de Economia, preferencialmente com especialização em Economia Ambiental, Economia dos Recursos Naturais, Bioeconomia ou ainda economia dos novos modelos circulares e sustentáveis ou áreas afins. Alternativamente, os opositores poderão ainda possuir Doutoramento na área científica de Gestão ou Finanças, preferencialmente com especialização em Gestão Ambiental, Gestão dos Recursos Naturais, Gestão ou Finanças sustentáveis ou outras áreas da gestão ou finanças com ligação direta aos novos modelos económicos circulares e sustentáveis ou áreas afins.

Os opositores ao concurso detentores de habilitações obtidas no estrangeiro devem comprovar o reconhecimento, equivalência ou registo do grau de doutor, nos termos da legislação aplicável. Esta formalidade tem de estar cumprida até à data da celebração do contrato.

2 — Formalização das candidaturas:

As candidaturas são apresentadas através de requerimento dirigido ao Reitor da Universidade de Aveiro, nos seguintes termos e condições:

2.1 — O requerimento deve conter, entre outros, os seguintes elementos:



- a) Identificação do concurso;
- b) Identificação do candidato pelo nome completo, data de nascimento, nacionalidade e endereço postal e eletrónico;
- c) Indicação da categoria e da instituição onde presta serviço, quando aplicável;
- d) Indicação dos graus detidos pelo candidato;
- e) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes da candidatura.

2.2 — O requerimento é acompanhado da seguinte documentação:

- a) Cópia do *curriculum vitae* detalhado e estruturado de acordo com os itens do ponto 5;
- b) Outros documentos relevantes para a avaliação da habilitação em área científica afim;
- c) Quaisquer outros documentos que o candidato considere relevantes, nomeadamente para a apreciação da informação a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º do RJEC.

2.3 — Do *curriculum vitae* deve constar:

- a) Identificação completa;
- b) Forma de contacto, morada, telefone e endereço eletrónico;
- c) Cópia de certificados de habilitações com a respetiva classificação ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
- d) Todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de seleção constantes do presente anúncio, recomendando-se que o mesmo seja organizado de acordo com os critérios de avaliação discriminados abaixo, no ponto 5.

2.4 — Forma de apresentação da candidatura:

2.4.1 — A apresentação da candidatura, podendo ser apresentada em língua portuguesa ou inglesa, é efetuada por via eletrónica para o endereço da Área dos Recursos Humanos da Universidade de Aveiro (sgrh-concursosdl57-2016@ua.pt), até à data limite fixada neste Edital.

2.4.2 — Na apresentação da candidatura por via eletrónica é obrigatória a emissão de uma mensagem comprovativa da validação eletrónica da mesma.

2.4.3 — As instruções para a apresentação da candidatura, em suporte digital, encontram-se disponíveis na área de Concursos e Ofertas de Emprego da área dos Recursos Humanos, no endereço <https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-investigador-novos-concursos-e-ofertas>.

2.5 — O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado, bem como a formalização incorreta da candidatura, determina a exclusão da candidatura. A decisão de exclusão é comunicada aos candidatos por mensagem de correio eletrónico, para efeitos de realização da audiência dos interessados.

3 — Júri do concurso:

3.1 — Em conformidade com o disposto no artigo 13.º do RJEC o júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente: Doutora Helena Margarida Moreira De Oliveira Vieira, Investigadora Coordenadora e ERA CHAIR Holder da Universidade de Aveiro

Vogais:



Professora Doutora Anabela Botelho Veloso, Professora Catedrática da Universidade de Aveiro;

Professor Doutor Vitor Manuel de Oliveira e Vasconcelos, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;

Doutora Ana Isabel Lillebø Batista, Investigadora Principal, Vice-Reitora da Universidade de Aveiro;

Professora Doutora Maria Antonieta Ejarque da Cunha e Sá, Professora Catedrática, Nova School of Business & Economics da Universidade Nova de Lisboa;

4 - Regras de funcionamento do Júri

4.1 — As deliberações são tomadas por votação nominal fundamentada, por maioria absoluta dos votos dos membros do júri presentes à reunião, não sendo permitidas abstenções.

4.2 — O júri delibera sobre a aprovação em mérito absoluto, com base no mérito do currículo global dos candidatos na(s) área(s) científica(s) do concurso e tendo ainda em conta, **cumulativamente**, o cumprimento dos requisitos expressos nos pontos 4.2.1 e 4.2.2 e de, **pelo menos**, um dos restantes requisitos:

4.2.1 — Ter pelo menos 3 (três) anos de experiência de investigação relevante, após conclusão do doutoramento, na área científica para que é aberto o concurso, em universidades, organizações internacionais ou sector privado,
e

4.2.2 — Ter participado, na qualidade de autor ou co-autor, na elaboração e publicação de pelo menos 1 (um) estudo, parecer técnico ou relatório de âmbito económico, político e/ou ambiental, incluindo demonstrando possuir excelentes bases em análises quantitativas.
e

4.2.3 — Experiência internacional comprovada de pelo menos 3 (três) anos, em projetos de elevada relevância económica e/ou política, e competências de gestão alargada, incluindo capacidade de trabalhar em equipas interdisciplinares e multiculturais eficazmente;
ou

4.2.4 — Ser autor ou coautor de pelo menos 5 (cinco) artigos na área científica para que é aberto o concurso, indexados no Science Citation Index Expanded da Web of Science da Clarivate Analytics como document type = article ou document type = review ou no SCI Verse do SCOPUS com as mesmas características,
ou

4.2.5 — Ter obtido um total de pelo menos 25 (vinte e cinco) citações (excluindo auto-citações) aos trabalhos científicos produzidos na área para que é aberto o concurso,
ou

4.2.6 — Ter um índice h igual ou superior a 5 (cinco).

4.3 — A decisão de exclusão em mérito absoluto é notificada aos candidatos, por mensagem de correio eletrónico, para efeitos de realização da audiência dos interessados.

4.4 — Finda a fase de aprovação em mérito absoluto, o júri dá início à apreciação das candidaturas, tendo em conta os critérios do presente anúncio.

5 — Avaliação e seleção



5.1 — Os métodos de seleção são a avaliação curricular e uma sessão de apresentação pública.

5.2 — A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade:

- a) Da produção científica, económica, tecnológica, cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato;
- b) Das atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato;
- c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato;

5.3 — O período de cinco anos a que se refere o número anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do candidato, quando fundamentado em suspensão da atividade científica por razões socialmente protegidas, nomeadamente, por motivos de licença de parentalidade, doença grave prolongada, e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas.

6 — Avaliação Curricular. Esta componente da avaliação é expressa numa escala numérica de 0 a 20 tendo em conta os seguintes critérios.

6.1 — São critérios de avaliação curricular:

6.1.1: Critérios para a avaliação do Desempenho Científico dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato (10 pontos);

- Produção científica. Qualidade e quantidade da produção científica na área para que é aberto o concurso (livros, artigos em revistas, comunicações em congressos) expressa pelo número e tipo de publicações, e pelo reconhecimento que lhe é prestado pela comunidade científica (traduzida na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhes são feitas por outros autores);
- Participação e/ou realização de projetos científicos. Qualidade e quantidade de projetos científicos em que participou, na área para que é aberto o concurso, financiados numa base competitiva por fundos públicos, através de agências nacionais ou internacionais, ou financiados por empresas. Na avaliação da qualidade deve atender-se ao financiamento obtido, ao grau de exigência do concurso, às avaliações de que foram objeto os projetos realizados e aos protótipos concretizados, em particular se tiveram sequência em produtos ou serviços.
- Intervenção na comunidade científica. Avaliando-se a capacidade de intervenção na comunidade científica, incluindo económica e/ou política, expressa, designadamente através da organização de congressos científicos, seminários ou similares, participação em estudos e/ou relatórios económicos e/ou políticos, participação em funções de avaliação de projetos e artigos, apresentação de palestras convidadas, participação em júris académicos, bem como o reconhecimento obtido através da atribuição de prémios ou outras distinções e respetivo impacto. Avaliar-se-á também a orientação de estudantes em trabalhos de doutoramento.

6.1.2: Critérios para a avaliação das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto de experiência internacional nos sectores académico,



económico e político, e relação com atores e entidades da sociedade e esferas políticas, civis, económicas entre outras, consideradas de maior relevância pelo candidato (10 pontos);

- Participação em atividades de consultoria, estudos económicos ou de mercado, testes e medições que envolvam o meio empresarial e/ou o setor público. Participação como formador em cursos de formação profissional ou de especialização tecnológica dirigidos para empresas ou para o setor público. A avaliação deste critério deve ainda ter em conta a valorização económica e /ou política dos resultados de investigação alcançado.

- Participação em iniciativas de divulgação científica e tecnológica junto da comunidade científica (por exemplo organização de congressos e conferências) e para diversos públicos, incluindo diversos tipos de stakeholders e networking.

- Publicações de divulgação científica e tecnológica. Apresentação de palestras e seminários destinados ao público em geral.

- Propriedade Intelectual, registo e titularidade de direitos, elaboração de normas técnicas, estudos de mercado e/ou económicos e/ou de apoio à legislação ou decisão política. Autoria ou coautoria de registos de titularidade de direitos de propriedade intelectual sobre *software*, métodos matemáticos e regras de atividade mental ou outras relevantes. Participação em comissões de normalização e na elaboração de projetos legislativos e de normas técnicas. Participação em relatórios de mercado ou análises relevantes para as temáticas do concurso. A avaliação deste critério deve ainda ter em conta a valorização económica ou impacto na sociedade civil, económica e/ou política resultante das peças produzidas.

6.2 — A pontuação obtida no método de avaliação curricular é expressa na escala numérica de 0 a 20, considerando-se a valoração até às centésimas.

6.3 — O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de avaliação, não sendo permitidas abstenções.

6.4 — A classificação de cada candidato é obtida pela média das pontuações de cada um dos elementos do júri. Em caso de empate a decisão de desempate caberá ao presidente do júri.

6.5 — Finda a Avaliação Curricular, são aprovados para a fase de aplicação do método de avaliação seguinte, tal como consta do ponto 5.1, os 3 candidatos melhores classificados.

6.6 — Consideram-se excluídos do concurso os candidatos que obtiveram uma classificação inferior a 15 pontos.

7 — Sessão de Apresentação Pública

Esta sessão, pode ser aplicada a todos ou parte dos candidatos, destina-se exclusivamente à clarificação de aspetos relacionados com os resultados da investigação dos mesmos.

7.1 — Nessa sessão os candidatos fazem uma apresentação pública de um tópico relevante para a área científica e atividades do concurso, com duração de até 20 minutos, à qual se seguirá uma discussão que terá a duração máxima de 40 minutos.

7.2 — A avaliação da sessão de apresentação é expressa numa escala numérica de 0 a 20, e deverá ter em conta o conhecimento científico e a capacidade de comunicação demonstrados pelo candidato, bem como as



respostas às questões colocadas pelo júri e as suas perspetivas de desenvolvimento na unidade para a qual está a concorrer.

7.3 — O júri delibera através de votação nominal fundamentada não sendo permitidas abstenções.

7.4 — A classificação de cada candidato é obtida igualmente pela média das pontuações dos elementos do júri.

8 — Ordenação dos candidatos

8.1 — A pontuação final de cada candidato é obtida através de uma média pesada, sendo atribuído um fator de ponderação de 90% à nota de avaliação curricular e um fator de ponderação de 10% à nota da sessão de apresentação pública. Em caso de empate a decisão de desempate caberá ao presidente do júri.

9 — Participação dos interessados e decisão:

9.1 — O projeto de ordenação final é notificado aos candidatos, por mensagem de correio eletrónico, para efeitos de realização da audiência dos interessados.

9.2 — Realizada a audiência dos interessados, o júri aprecia as alegações oferecidas e aprova a lista de ordenação final dos candidatos.

10 — Publicação do edital do concurso:

Para além da publicação na 2.ª série do *Diário da República*, o presente edital é também publicado:

- a) Na Bolsa de Emprego Público;
- b) No sítio da internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa;
- c) No sítio da internet da Universidade de Aveiro, nas línguas portuguesa e inglesa;
- d) Num jornal de expressão nacional.

11 — O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

12 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

9 de novembro de 2022 — O Reitor, *Professor Doutor Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira*.